

Ata da Sessão Extraordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizado no dia 14 (quatorze) de abril do ano de 2005 (dois mil e cinco)

Os dezesseis horas do dia 14 (quatorze) de abril do ano de 2005 (dois mil e cinco) sob a presidência do Vereador Gyrilva da Rocha e com a presença do Primeiro Secretário "ad hoc" pelo Vereador Alexandre José Sant'Anna, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após a leitura, responderam e cumpriram os seguintes Vereadores: Aires Nogueira de Albuquerque, Alfredo Luis Nogueira Gonçalves, João dos Santos Mendes, Jordan Cândido de Aguiar, Luis Geraldo Lima de Aguiar, Paulo Henrique Cordeiro de Sant'Anna, Ruth Schmidt Bevilacqua, Silas Rodrigues Pinto e Valmy Rodrigues da Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e em nome de Deus se levantou, foi lida e aprovado a Ata da Sessão Extraordinária do Primeiro Período Legislativo. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do número regimental relembrou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que vem ao encontro: Projeto de Lei nº 16/2005 - Prefeito Municipal de Cabomirim Joaquim Evangelista nº 8/2005 - Projeto de Lei nº 022/2005, assunto: Concede isenção e alívio ao (abito) para cobrança do Contribuinte de Iluminação Pública - CIP, instituído pela Lei nº 1.651, de 30 de dezembro de 2002, na forma que minuzona: Projeto nº 041/2005 - Vereadora Municipal de Jamporeia, assunto: Em respeito a Indicação nº 001/2005 de eulonia do Vereador Alexandre Luis de Sant'Anna, Projeto de Lei nº 020/2005 - Vereador Alfredo Luis Nogueira Gonçalves, assunto: Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Cabo Frio, bem como da Secretaria Municipal de Educação, a Semana Olímpica Municipal, Projeto de Lei nº 021/2005 - Vereador Alexandre José Sant'Anna, assunto: Renomeia-se Depulada Rárcio Trindade Barros a nova ponte sobre o Canal Itajuruí, requerimento nº 015/2005 - Vereador Jordan Cândido de Aguiar, assunto: Requer ao Sr. Senhor Prefeito Municipal o encaminhamento a esta Casa Legislativa o processo de licença para a construção do edifício vertical nas proximidades das Casas Andar, de

requerimento nº 015/2005 - Vereador Jordan Cândido de Azevedo, assunto: requerer ao Exm: Senhor Prefeito Municipal o encaminhamento a este Casa de Câmara e Câmara de Vereadores para a construção do Ameterno virtual nas proximidades das Casas Indústrias, requerimento nº 038/2005 - Vereador Jordan Cândido de Azevedo, assunto: requerer ao Exm: Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, nomear a 23-140, Deputado Ruiro Trindade Cordeiro, Indicação nº 082/2005 - Vereador Salvy Rodrigues da Silva, assunto: solicitar ao Exm: Senhor Prefeito Municipal o saneamento, pavimentação e urbanização da Rua 05 (Cinco), localizada no Bairro Phágoro do Rio, Indicação nº 083/2005 - Vereador Salvy Rodrigues da Silva, assunto: solicitar ao Exm: Senhor Prefeito Municipal a conclusão das obras de saneamento, pavimentação e urbanização na Rua do Pomar 2, no final do Bairro Jacaré, Indicação nº 088/2005 - Vereador Jordan Cândido de Azevedo, assunto: solicitar ao Exm: Senhor Prefeito Municipal o saneamento básico na Rua dos Dunas, no Bairro Canal Cordeiro, Indicação nº 090/2005 - Vereador Alfredo Luís Nequeira Gonçalves, assunto: solicitar ao Exm: Senhor Prefeito Municipal a revisão, instalação e manutenção da iluminação pública do Bairro Jardim Peró, Indicação nº 091/2005 - Vereador Alfredo Luís Nequeira Gonçalves, assunto: solicitar ao Exm: Senhor Prefeito Municipal a revisão, instalação e manutenção da iluminação pública do Bairro Reserva do Rio, Indicação nº 092/2005 - Vereador Alexandre Luís Sant'Anna, assunto: solicitar ao Exm: Senhor Prefeito Municipal o implantação do Projeto "Estudo Escola". Terminado o trabalho do Expediente, o Senhor Presidente convocou a Tribuna aos Tratadores presentes. Depois a Tribuna convocou mais um Tratador presente o Vereador Fábio dos Santos Mendes, que inicialmente procedeu as resoluções de praxe. E seguir, registrou a presença da UME (União Municipal dos Estudantes) na Assembleia da Casa. Disse que a instituição trabalha dos interesses dos estudantes, no Município, referente, discorreu sobre o tumulto ocorrido no dia anterior no Estado Renato Azevedo, quando o polícia foi acionada para combater manifestações ocorridas naquela instituição. Relatou que o polícia entrou armado no prédio do colégio e que era inadmissível, visto que a escola era um local de troca de conhecimento e o Governo do Estado não deveria admitir o confronto que vinha se desmascarando desde a última semana quando



o Governo interveio em eleição de diretor daquela escola afirmando, disse que  
 já havia merecido sua preferência com os conflitos ocorridos na Escola Municipal  
 de Azevedo e Jooze local, ao Secretário Público e Jooze também um alito para que  
 Secretaria de Estado de Educação tomasse providências no sentido de que pudesse  
 ser evitado uma tragédia no interior da escola. Referiu-se a época em que a  
 comunidade escolar lutava para que fosse mudado o nome da escola que era antes  
 Escola Estadual 31 de Março, em homenagem de que tal nome aludiu o aniversário  
 do Golpe Militar de 31 de março de 1964, página negra da história política na  
 nacional. Disse que perdido o nome do Professor Renato Azevedo à escola, homem  
 que fora um educador, um humanista e agora tinha se memória ultrajada. Afirmou  
 que a responsabilidade era exclusivamente do Governo do Estado que estava  
 em um processo eleitoral que não tinha necessidade de ser feito, com objetivo  
 de demonstrar que a Escola do Estado era democrática. Quando, disse que entre  
 os 700 eleitores, 500 votaram contra a candidatura que era apadrinhada do Estado.  
 Assim, o Estado lançou um conflito eleitoral nomeando a candidatura derrotada,  
 depois voltou atrás reconsiderando o candidato eleito, Professor Humilton, e exor-  
 tou a Professora Soley, e por fim novamente nomeou a Professora Soley exor-  
 tando o Professor Humilton, prometendo inquirição que estava instalada de-  
 no ambiente de ensino. Falei da necessidade de ser feita mediação por parte  
 da Secretaria de Educação Estadual. Segundo que um novo processo eleitoral fosse  
 realizado com regras claras o que por isso já não arrepiar os ânimos. Con-  
 tinuando discorreu sobre formação do Executivo discorreu sobre a criação  
 da LEP (Contribuição de Iluminação Pública) para os cidadãos que também  
 consumo até em Kwh, dizendo que usualmente rotulava quanto a opera-  
 tório de uma lâmpada, visto que interpretava que se rotulava na tabela  
 completa mudada pelo Governo Municipal estaria legitimando a cobrança.  
 Afirmou, que houvesse substituição da cobrança e naquela data estava na  
 parte epílogo o texto de criação e a cobrança não estava de taxa da LEP,  
 mas epílogo da criação do grupo de consumidores até em Kwh. Enfatizou  
 que rotulava que ao ampliar de 30 para 100 Kwh, o Governo Municipal  
 favorecia os hábitos que ocupavam suas residências duas vezes ao ano  
 e os locais onde já havia o melhor atendimento por parte do sistema de  
 Iluminação Pública. Disse, que já tramitava na Casa uma Emenda a ser  
 incluído no rol das taxas, que buscava aprimorar o projeto, em sentido

de que independente do comum, os moradores da zona rural do Município  
sofriam com a falta de iluminação, mas, que tal fato não impediria de que  
continuasse seu luta pelo fim da cobrança da EL. E ainda, disse que recen-  
temente começou a briga de um árbitro judicial suspender a EL de Pábo  
frio, mas que a mesma foi estada posteriormente pelo Presidente do  
Tribunal de Justiça Dr. Riquel Pachó. Disse, que aguardava que o Dr. Sérgio  
Roberto, na próxima conferência o que sucedera na anteposição da litula.  
Continuando, discorreu sobre diversos regiões brasileiras onde a EL já havia  
sido extinta. Adiante, disse que o CEMIG (Companhia de Eletricidade  
de Minas Gerais) tinha uma conta separada com a cobrança da EL, visto  
que a EL era do município, não deveria ser paga à Companhia de eletri-  
cidade. Enfatizou, que a CEMIG não poderia cobrar o fornecimento de en-  
ergia de quem não pagava a EL que era um imposto devido a Prefeitura,  
o que já era comum em quase todo o Brasil, assim a EL estava com  
os dois contados. Prosseguiu, disse que em Pábo frio foram gastos vinte  
e dois por cento do orçamento com a realização de shows, quermesses,  
gostei e eventos, e que era absurda a cobrança da EL à população. Pros-  
seguiu, elogiando os nobres Pábo, declarou que era eticada a hora  
de repurar e inflexão, impedindo que o show continuasse sendo onerado  
pela EL. Disse que o Governo de César Maia do Rio de Janeiro que-  
rera que o município tinha dinheiro suficiente e não a EL, e  
que não prejudicava de forma alguma a cidade do Rio de Janeiro.  
Resaltou a seguir, que o Município de Pábo frio já foram arrecadados  
cerca de cem milhões do orçamento de duzentos e quarenta milhões  
de reais com subsídio de aproximadamente de vinte milhões de reais,  
o que era comprovado por publicações diárias no jornal Folha do Ha-  
gão. Disse, que o eleitor não paga a EL onerou o povo que deixara  
de comprar alimentos básicos. Disse que dívida existente era fruto da  
irresponsabilidade do Governo anterior que por esse ano não paga  
na energia elétrica dos shows, das festas, do Coração, dos prédios pú-  
blicos e que parcelado em 60 meses obrigava o cidadão a pagar a  
concreta sua parte sabendo que estaria sempre impenhado na de-  
fesa do cidadão. A seguir, ocupou o Tribunal o Sr. Juiz de Direito  
do Juízo de Cível, que inicialmente reportou-se ao discurso do



Prefeito Carlos Mendes por ocasião de sua posse no Município de Curitiba, destacando que o mesmo deixou explícito seu desejo de trabalhar em prol do social. Disse, que ao todo, dez Vereadores eram aliados do Governo Municipal, o que não era de feição visto que o mesmo trabalhava com a Igreja, Companhia e sobretudo com o comércio. Disse, que todas as entidades com relação as obras do Governo Municipal seriam analisadas, por profissionais capacitados e caso fossem procedentes seriam realizadas. Adiante, relatou as ações realizadas pelo Prefeito nos seis dias de Governo incluindo as licitações já feitas de obras a serem realizadas, destacando que o município tinha realmente muito dinheiro, mas, que tudo seria utilizado em prol da população. Adiante enumerou as obras do Governo, que foram: Doação de 1500 bolsas de estudo, Escola Técnica Profissionalizante Transporte Luanaxiziano para diversos locais do Estado; Estacionamentos relativos gratuito; Tarifa Unica; Projeto Viva Espírito; Projeto Educando para o Meio Ambiente; Projeto Livro Comunhão; Praça Presidencial de Acedramento; Plano Diretor e Geoplano; Exame de fundação Gêtilia Vargas; Campeonatos de Jôquei, Vôlei e Vôlei de Praia; Campeonatos Sul Americano de Vôlei Feminino; Carnaval Cabo Frenco; Construção de 32 novas salas de aula, reforma de diversas escolas; Implantação do Programa "Adolescente, eu Gerencio"; Banda Educadora; Livro para dependentes químicos; Inclusão de Cabo Frio no roteiro de Tramallânticas, obra de shops de divulgação da cidade; Tiro de manilha em diversos municípios; Contratação de 300 Guardas Municipais. Adiante, enumerou as obras a serem realizadas no ano de 2005, destacando que algumas delas já se encontram em andamento. Após, disse que o Governo não deixaria de corrigir erros, e que por ser um Governo austero não tinha receio de receber críticas. Quanto a DIF, disse que foi realizado um estudo pela Umpa onde ficou constatado que as comunidades carentes gastavam em média de 80 a 100 Kw, e se fossem juntas de DIF, 35 mil famílias deixariam de pagar. Então, disse que tudo seria feito sob o signo de técnicas esportivas, e do trabalho e ao contrário das assertivas do Vereador Fábio dos Santos Mendes, a população seria beneficiada, no que ocorreu na falta de haver mais Vereadores interessados para o uso da tribuna, o Senhor Vereador conduziu os trabalhos para o Ordem do Dia. Nestes estudos, foram encaminhados para a Comissão de Constituição e Justiça os seguintes projetos: Projeto nº 22/2005 de

com Exceção nº 112005, Projeto de Lei nº 020 e 021/2005 foram aprovados os requerimentos nº 015, e 038/2005 e as Indicações nºs 082, 083, 088, 090, 091 e 092/2005. Nada mais havendo a falar, o Senhor Presidente encerrava presente Sessão em nome de Deus. E para constar mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

x *[Assinatura]*  
x *[Assinatura]*  
x Alexandre José da Silva

Ata da Sessão Extraordinária Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Lagoa Branca, realizada no dia 19 (dezenove) de abril do ano de 2005 (dois mil e cinco).

As dez e seis horas do dia 19 (dezenove) de abril do ano de 2005 (dois mil e cinco) na residência do Vereador Bayle da Rocha e com a presença do Primeiro Secretário pelo Vereador Rui Machado de Faria reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Lagoa Branca. Além disso, responderam a chamada da reunião os seguintes Vereadores: Aires Passa de Figueiredo Gomes do Rio e Sant'Anna, Alfredo Luis Nogueira Gonçalves, João do Amor, Orlando, Jordan, Antônio de Figueiredo, João Geraldo Lopes de Figueiredo, Paulo Henrique Corrêa de Sant'Anna, Kátia Schunert Kurellke e Valquíria Rodrigues da Silva. Havendo, nem mais requerimento e o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E requerido e aprovada a Ata da Sessão Extraordinária Ordinária do Primeiro Período Legislativo. E requerido o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental submeteu ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constou do seguinte: Impeto de Lei nº 023/2005 - Vereador Valquíria Rodrigues da Silva, assente: Considera de utilidade pública Municipal o Centro de Atendimento Juvenil de